



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Dezesseis de Novembro

Capital Brasileira da Alfafa



FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE DEZESSEIS DE
NOVEMBRO

RELATÓRIO DO SEGUNDO SEMESTRE
ANÁLISE DA ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS DO RPPS A RESOLUÇÃO 4.963/2021 E
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

Em atendimento a Portaria/MTP Nº 1.467, de 2 de junho de 2022

JANEIRO , 2025

INTRODUÇÃO

Em cumprimento as determinações legais, em especial as do art. 129 da Portaria 1.467 do MTP, de 02 de junho de 2022, apresentamos o Relatório de Análise da Aderência da Gestão dos Recursos do RPPS conforme a Resolução CMN 4.963/2021, e a Política de Investimentos do exercício financeiro de 2024, do FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO, inscrito no CNPJ: 10.587.596/0001-21.

Este relatório tem como objetivo acompanhar, analisar e identificar as aplicações do RPPS, se estão sendo atendidas as normas em vigor e a política de investimentos na gestão de recursos do FUNDO. A gestão eficaz dos riscos é fundamental para fornecer informações essenciais à tomada de decisões, melhorar o desempenho na realização dos objetivos das políticas organizacionais e dos serviços públicos, além de ajudar na prevenção de perdas e no gerenciamento de incidentes.

A política de investimentos para o ano de 2024 foi APROVADA em 06/12/2023, cumprindo o prazo final de envio que era até 31/12/2023. Previu que os recursos do RPPS devem ser aplicados conforme a Resolução CMN 4.963/2021 e Portaria MTP 1467/2022, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Observada a legislação vigente, devem ser alocados, conforme as diretrizes definidas na Política de Investimentos, nos seguintes segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável e investimento no exterior.

Os valores recebidos a título de taxa de administração foram mantidos de forma segregada dos recursos destinados ao pagamento de benefícios, em conta individual, distinta dos demais recursos do RPPS.

Enquadramento APROVADO e LANÇADO na PI /DPIN 2024:

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - RESOLUÇÃO CMN nº 4.963/2021					
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos				
	Limite da Resolução %	Limite do Inciso	Limite Inferior	Estratégia Alvo %	Limite de Superior
Renda Fixa - Art. 7º			95,0%		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7, I, "a"	100%	100%	0,0%	0,0%	15,0%
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"			0,0%	70,0%	100,0%
Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c			0,0%	0,5%	5,0%
Operações Compromissadas com lastros em TPF - Art. 7º, II	5%	5%	0,0%	0,0%	0,0%
FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a"	60%	60%	0,0%	23,0%	60,0%
ETF - Renda Fixa - Art. 7º, III, "b"			0,0%	0,5%	5,0%
Ativos Financeiros RF de emissão com Obrigação ou coobrigação de instituição financeira - Art. 7º, IV	20%	20%	0,0%	0,5%	10,0%
FIDC (senior) - Art. 7º, V, "a"	5%	20%	0,0%	0,0%	0,0%
FI em Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, V, "b"	5%		0,0%	0,5%	5,0%
FI Debêntures de incentivadas - Art. 7º, V, "c"	5%		0,0%	0,0%	0,0%
Renda Variável - Art. 8º			2,0%		
FI Ações - Art. 8º, I, "a"	30%	30%	0,0%	1,5%	10,0%
Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Renda Variável - Art. 8º, II			0,0%	0,5%	20,0%
Investimento no Exterior - Art. 9º			1,0%		
Fundo RF - Dívida Externa - Art. 9º, A, I	10%	10%	0,0%	0,0%	0,0%
FI - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9º, A, II			0,0%	0,5%	5,0%
Fundo Ações BDR Nível 1 - Art. 9º, A, III			0,0%	0,5%	5,0%
Fundos Estruturados - Art. 10º			2,0%		
Fundos Multimercados - Art. 10º, I, "a"	10%	15%	0,0%	2,0%	10,0%
FI em Participações - Art. 10º, II, "b"	5%		0,0%	0,0%	0,0%
FI Ações - Mercado de Acesso - Art. 10º, III, "c"	5%		0,0%	0,0%	0,0%
Fundos Imobiliários - Art. 11º			0,0%		
FI Imobiliário - Art. 11º	5%	5%	0,0%	0,0%	0,0%
Empréstimos Consignados Art. 12º			0,0%		
Empréstimos Consignados - Art. 12º	5%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Total			100,00%		

Imagem 1 Fonte: ANEXO I DA PI 2024

RENDIMENTOS x PI

A política de investimentos do RPPS de DEZESSEIS DE NOVEMBRO no ano de 2024 obedeceu às diretrizes estabelecidas, garantindo a segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos recursos. Os valores a título de taxa de administração foram segregados dos recursos destinados ao pagamento de benefícios, mantidos em conta individual e distinta.

Para cumprir essas diretrizes, os investimentos podem ser alocados nos seguintes segmentos conforme a legislação vigente:

- Renda Fixa: Investimentos em títulos públicos, debêntures, CDBs, entre outros, com o objetivo de proporcionar segurança e previsibilidade de retorno.

- Renda Variável: Investimentos em ações e fundos de investimento em ações, visando maior potencial de rentabilidade a longo prazo, embora com maior risco.
- Investimento no Exterior: Possibilidade de diversificação geográfica dos investimentos, seguindo as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

RENDIMENTOS 2024

Total de rendimentos apurados nas aplicações financeiras, no exercício de 2024, foi de R\$ 1.495.346,65, sendo JULHO, o melhor mês de rendimento para o RPPS de DEZESSEIS DE NOVEMBRO, onde lucrou a importância de R\$ 240.965,12. Vale lembrar que o RPPS não fechou nenhum mês de rentabilidade negativa.

COMPOSIÇÃO DE INVESTIMENTOS E BANCOS

Os recursos financeiros do RPPS de DEZESSEIS DE NOVEMBRO foram geridos em conformidade com a política de investimentos, Resolução em vigor e Instituições Financeiras previamente credenciadas junto ao RPPS.

O montante do capital do RPPS apurado em 31.12.2024 foi de R\$ 22.204.093,20 investido nos fundos de investimentos e somado a C/C conforme:

Composição da Carteira		12/2024	
		RS	%
BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP		2.190.564,30	9,87
BANRISUL RPPS II FI RENDA FIXA		416.276,55	1,88
BANRISUL SOBERANO FI RENDA FIXA SIMPLES LP		301.098,77	1,36
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		51,99	0,00
BB GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO		100.429,08	0,45
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		2.159.670,65	9,73
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		181.829,54	0,82
BB JUROS E MOEDAS FIC MULTIMERCADO LP		526.732,12	2,37
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP		2.221.161,49	10,01
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP		1.532.509,16	6,91
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		1.791.978,43	8,07
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		1.589.089,67	7,16
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		575.296,65	2,59
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		952.681,69	4,29
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		3.928.295,11	17,70
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES		414.845,06	1,87
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA		3.309.799,63	14,91
Total:		22.192.309,90	100,00

Disponibilidade em conta corrente:	11.783,30
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	22.204.093,20

Imagem 2 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

OS FUNDOS APLICADOS ESTÃO DISTRIBUÍDOS NAS INSTITUIÇÕES:

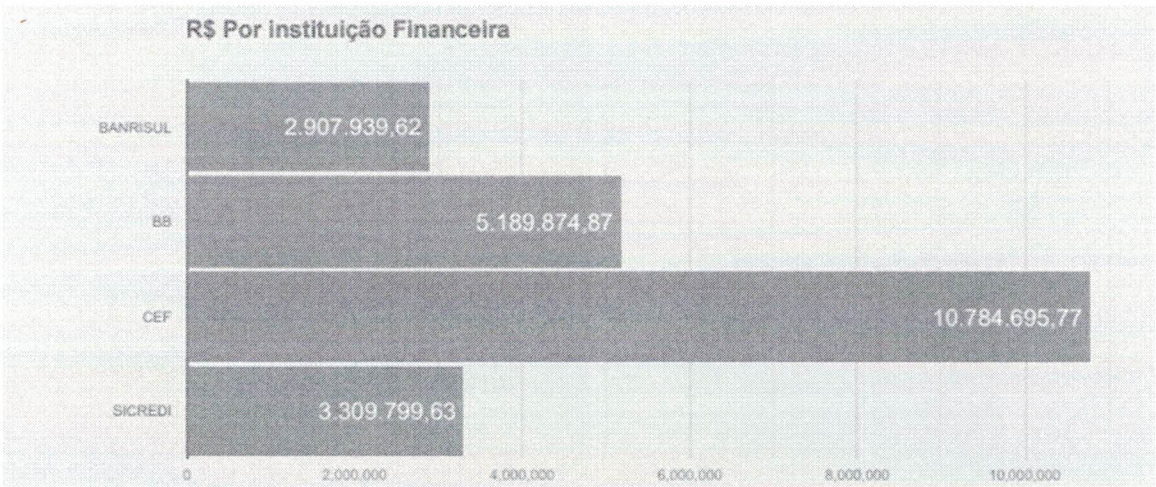


Imagem 3 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

Reforçamos que as Instituições Financeiras que o RPPS de DEZESSEIS DE NOVEMBRO realizou novas aplicações estão aptas a receber recursos previdenciários, conforme a lista exaustiva do MPS atualizada em 06/05/2024.

ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS *VERSUS* A META

A meta atuarial da carteira de investimentos para o exercício de 2024, determinada na Política de Investimentos, foi de (INPC+5,25%). O RPPS de DEZESSEIS DE NOVEMBRO em 31.12.2024 obteve uma rentabilidade acumulada de R\$ 1.495.346,65 o que equivale a 69,63% da meta da PI. O RPPS atingiu 7,15% no exercício quando a meta era de 10,27%.

MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META		% da Meta
	R\$	%			
12/2024	R\$ 1.495.346,65	7,1497%	INPC + 5,25%	10,27 %	69,63%

Imagem 4 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

Ao longo do exercício foram realizados ajustes em DI. A exposição inicial em CDI em janeiro era de 39,25% e fechou o ano com 63,13%, além disto foi reduzido ativos de risco.

Benchmark	Composição por segmento	
	RS	%
CDI	14.010.212,57	63,13
IPCA	416.276,55	1,88
Ações	515.274,14	2,32
HDKA 2	2.159.670,65	9,73
IMA-B	1.770.919,21	7,98
IMA-B 5	1.791.978,43	8,07
IMA Geral	575.296,65	2,59
IRF-M I	952.681,69	4,29
Total:	22.192.309,90	100,00

Imagem 5 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

Vale lembrar que em 2023 o RPPS DEZESSEIS DE NOVEMBRO lucrou R\$ 2.459.649,04, obtendo 13,22% de rentabilidade onde a meta era de 9,10%.

ELABORAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS – DAIR

O envio do DAIR, que é um dos critérios para a emissão do CRP, deve ocorrer até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior, segundo o art. 241, inciso IV, alínea “b” da Portaria do MTP nº 1.467 de 2022.

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml>

Da consulta aos dados disponíveis no site eletrônico do MPS comprovam que durante o semestre os DAIR foram enviados dentro do prazo. Os limites dos investimentos do RPPS se mantiveram enquadrados, não tendo nenhum apontamento no DAIR.

MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Como já tratado anteriormente, a Política de Investimentos traz os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável, estruturados, fundos imobiliários, em consonância com a legislação vigente. Além desses limites, há vedações específicas que visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. São utilizados cenários projetados pelo mercado atual e futuro, bem como análises realizadas pela equipe da Consultoria Referência em conjunto com Comitê de investimentos.

O enquadramento final do exercício demonstramos abaixo:

Enquadramento 4.963/2021 e suas alterações – Política de Investimento

Enquadramento	Valor Aplicado (R\$)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	17.396.581,01	78,39%	70,00%	100,00%	ENQUADRADO
FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a"	3.753.722,64	16,91%	23,00%	60,00%	ENQUADRADO
FI Ações - Art. 8º, I	515.274,14	2,32%	1,50%	10,00%	ENQUADRADO
Fundos Multimercados - Art. 10º, I	526.732,12	2,37%	2,00%	10,00%	ENQUADRADO
Total:	22.192.309,90	100,00%	96,50%		

Imagem 6- Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

RESUMO DO MERCADO FINANCEIRO NO SEGUNDO SEMESTRE 2024

O ano foi marcado por intensos debates sobre o direcionamento das políticas monetária e fiscal nas economias globais. A trajetória de desinflação observada ao longo do ano possibilitou que os bancos centrais das principais economias, como o Federal Reserve (EUA) e o Banco Central Europeu (BCE), adotassem posturas monetárias restritivas, embora com uma desaceleração no ritmo de elevação das taxas de juros. Apesar da desaceleração da inflação em diversas regiões, os índices inflacionários permaneceram acima das metas estabelecidas, o que manteve os investidores em uma postura cautelosa, atentos a possíveis ajustes nas estratégias monetárias. Em 2024, o Brasil vivenciou um cenário desafiador, com uma economia marcada por dificuldades fiscais, inflação persistente, altas taxas de juros e um contexto global turbulento. Para os investidores, o ano foi de volatilidade, com a busca por segurança em ativos de renda fixa. O aumento da Selic, as tensões fiscais e o cenário internacional complexo indicam que 2025 promete ser um ano ainda mais desafiador para os investimentos, exigindo uma abordagem cuidadosa e uma análise criteriosa das oportunidades e riscos no mercado financeiro.

Na China, a recuperação econômica apresentou um desempenho irregular. O país encontrou dificuldades para manter uma taxa de crescimento em torno de 5%, com o cenário sendo ainda mais desafiado pela imposição de tarifas comerciais pelos Estados Unidos, o que potencialmente agravaria o ritmo de crescimento. Diante disso, o governo chinês implementou estímulos pontuais, especialmente em setores considerados mais vulneráveis, como o imobiliário. O PIB do terceiro trimestre de 2024 apresentou um crescimento de 4,6%, ligeiramente superior às estimativas iniciais de 4,5%. No entanto, o crescimento continuou sendo desigual ao longo do ano, com a produção industrial superando o consumo interno e ampliando os riscos de deflação, especialmente em meio à crise do setor imobiliário e ao crescente endividamento dos governos locais.

Na Zona do Euro, persistem as preocupações com o fraco crescimento econômico, exacerbadas por riscos geopolíticos e pressões sobre o comércio internacional. Em sua decisão mais recente, o BCE reduziu a taxa de juros em 0,25%, passando de 3,25% para 3,00%, marcando o quarto corte consecutivo no ano, sinalizando um esforço contínuo para convergir a inflação para a meta de 2%. Além disso, a região atravessou turbulências políticas. Na Alemanha, um voto de desconfiança no Congresso resultou na dissolução do governo liderado pelo Chanceler Olaf Scholz, que estava no cargo desde a saída de Angela Merkel. Na França, o Parlamento também aprovou um voto de desconfiança que derrubou o primeiro-ministro Gabriel Attal, dissolvendo seu governo. Após um breve período de incerteza, o presidente Emmanuel Macron nomeou François Bayrou para o cargo de primeiro-ministro, o qual teria que enfrentar um Congresso extremamente dividido e sem uma maioria clara, além de lidar com questões como o crescimento da dívida pública, orçamento e baixo crescimento econômico.

Nos Estados Unidos, os mercados reagiram positivamente à vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais, o que impulsionou as principais bolsas globais, como a New York Stock Exchange (NYSE) e o Nasdaq, a encerrarem o ano com ganhos expressivos. O foco agora está nas diretrizes futuras da política econômica do governo eleito, cuja estratégia em áreas como tarifas, política fiscal, imigração e geopolítica será determinante tanto para a economia americana quanto para a economia global, sendo uma premissa chave para a avaliação dos diferentes cenários e riscos prospectivos. A economia americana se manteve aquecida, com a primeira estimativa do PIB do terceiro trimestre de 2024 indicando um crescimento anualizado de 2,8% em relação ao segundo trimestre. Esse crescimento foi parcialmente impulsionado pela variação de estoques, com contribuições positivas também vindas do consumo das famílias e do consumo e investimento do governo. O principal relatório sobre o mercado de trabalho (Payroll) mostrou a criação líquida de 227 mil empregos em novembro, superando as expectativas de mercado. No entanto, a taxa de desemprego aumentou ligeiramente de 4,1% para 4,2% de outubro para novembro.

Ainda sobre os EUA, entrando especificamente no campo da política monetária, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) manteve os juros inalterados durante boa parte do ano, mas iniciou um ciclo de flexibilização monetária em setembro, com um corte de 0,50%, seguido por cortes adicionais de 0,25% nas reuniões de novembro e dezembro, reduzindo a

taxa para o intervalo de 4,25% a 4,50% ao ano. Em seu comunicado, o comitê adotou um tom cauteloso, reconhecendo que o novo governo herdará um ambiente macroeconômico com pressões inflacionárias ainda não totalmente controladas, além da elevada probabilidade de que o presidente eleito cumprirá suas promessas de campanha.

No Brasil, o ano foi marcado por significativa turbulência política e econômica, com intensos embates entre o governo, o Congresso e os agentes do mercado financeiro. A escalada da taxa de câmbio fechou o ano em torno de R\$ 6,17/US\$, representando uma valorização de 27% do dólar em relação ao real, o pior desempenho desde 2020. Juntamente com o expressivo deslocamento da curva de juros para cima, esses movimentos refletem uma crescente preocupação com a trajetória da economia brasileira. Esse cenário foi, em parte, impulsionado pelo fortalecimento do dólar no cenário externo, com os Estados Unidos se mantendo como um grande polo de atração de capitais devido a taxas de juros relativamente elevadas e uma economia resiliente. No Brasil, o movimento de valorização do dólar foi amplificado por questões fiscais, especialmente após o governo apresentar um pacote de medidas para a contenção de gastos públicos da ordem de R\$ 30 bilhões no primeiro ano e R\$ 40 bilhões no segundo ano, além de propor a reforma tributária, com destaque para o aumento da faixa de isenção para R\$ 5.000,00 e a adoção de um imposto mínimo para as altas rendas. Embora as medidas de contenção de gastos tenham sido bem recebidas em termos de expectativas de economia fiscal, a reação do mercado foi negativa, com a taxa de câmbio se depreciando e as taxas de juros mais longas subindo. Mesmo com a aprovação das medidas pelo Congresso, o mercado permaneceu pessimista devido à aparente falta de apetite para enfrentar diretamente a trajetória insustentável das contas públicas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro cresceu 0,9% no terceiro trimestre de 2024 em comparação com o período imediatamente anterior, impulsionado, entre outros fatores, pelo dinamismo do mercado de trabalho, com aumentos tanto na população ocupada quanto no rendimento médio real. O setor de serviços, especialmente nas áreas de Informação e Comunicação, e Atividades financeiras, apresentou desempenho positivo, contribuindo significativamente para esse crescimento. No entanto, a agropecuária registrou uma pequena queda de 0,9%, devido à perda de produtividade e quedas na produção de produtos como cana, milho e laranja.

Do ponto de vista da demanda, o consumo das famílias continuou crescendo, impulsionado pela melhora no mercado de trabalho e pelos programas de auxílio governamentais. O aumento nos investimentos, especialmente em bens de capital, software e construção, também foi um fator positivo. As últimas projeções de crescimento do PIB para 2024 indicam uma alta de 3,49%, conforme os dados mais recentes do Relatório Focus. A Inflação oficial do país fechou 2024 em 4,83%, puxada por alimentação, educação e saúde. Os alimentos têm sido, inclusive, o principal motivo do mau humor dos consumidores.

Em relação à política monetária, o Comitê de Política Monetária (COPOM) iniciou o ano com uma redução gradual da taxa Selic, que passou de 11,75% para 10,50% nas três primeiras reuniões do ano. No entanto, devido ao agravamento das incertezas externas e problemas de oferta relacionados a eventos como as enchentes no Rio Grande do Sul, o COPOM retornou com o ciclo de aperto monetário em setembro, elevando a taxa Selic em 0,25%. Com o aumento das preocupações fiscais no último trimestre, o comitê promoveu duas elevações adicionais de 1%, levando a taxa para 12,25%. Esse cenário gerou expectativas de novas elevações em 2025, com a taxa projetada para 14,75%.

No mercado de renda fixa, o desempenho foi marcado por incertezas e aversão ao risco, que se intensificaram nos últimos meses do ano. Embora as expectativas iniciais de juros baixos não se concretizassem devido à deterioração das condições fiscais, o plano de redução de gastos do governo gerou reações negativas entre os investidores, consolidando a curva de juros em patamares elevados. Nesse contexto, os títulos de curto prazo se destacaram frente aos ativos de maior *duration*. O índice IMA-Geral, que expressa a rentabilidade dos títulos marcados a mercado, registrou uma variação positiva de 5,10% ao longo do ano.

Na renda variável, o ano de 2024 apresentou um desempenho negativo, com o índice Ibovespa registrando uma queda de 10,36%, o pior desempenho desde 2021. O índice fechou no vermelho em 8 dos 12 meses do ano, com a incerteza do mercado em relação à sustentabilidade da dívida pública, o ciclo de elevação da Selic e fatores externos, como o agravamento das tensões geopolíticas e a lenta recuperação da economia chinesa, impactando negativamente os resultados. Entre os poucos ativos que tiveram desempenho positivo, destacam-se Embraer e Marfrig, que subiram mais de 100% devido à desvalorização cambial.

*Rentabilidades

Nome	Retorno 2024	Nome	Retorno 2024
RENDA FIXA			
Prefixados		Formado por TP indexados ao IPCA	
IRF-M	1,86%	IMA-B	-2,44%
IRF-M 1	9,46%	IMA-B 5	6,16%
IRF-M 1+	-1,81%	IMA-B 5+	-8,63%
Formado por Títulos da Dívida Pública		DI	
IMA Geral	5,10%	CDI	10,87%
Duração Constante			
IDKa IPCA 2 Anos	5,84%		

Nome	Retorno 2024	Nome	Retorno 2024
RENDA VARIÁVEL			
Doméstico		EXTERIOR	
Ibovespa	-10,36%	MSCI WORLD	49,65%
IBX	-9,71%	S&P 500	57,72%
IBX -50	-8,13%		
SMLL	-25,03%		

Imagem 7- Fonte: REFERÊNCIA

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A partir das considerações apresentadas, entende-se que a Gestão do RPPS, bem como os membros do Comitê de Investimentos e Conselhos, trabalhou em conjunto com a Consultoria para que a meta fosse atingida.

Contudo, diante do risco fiscal do país e da calamidade do Rio Grande do Sul, fez com que o RPPS não atingisse a meta do exercício.

Válido destacar que da meta determinada, o RPPS de DEZESSEIS DE NOVEMBRO atingiu 69,63% do seu objetivo, ou seja, um BOM resultado, uma vez que diante do “desequilíbrio” das contas públicas do Governo Federal, do dólar acima de seis reais e um novo ciclo de aumento da SELIC fez com que os títulos públicos federais não respondessem da forma planejada, bem como a economia global gerou grandes incertezas.

PRESIDENTE

Bruna M^a da Silva Pedrosa

GESTOR



MEMBROS COMITÊ



Jose Luis P. Collek

Rodrigo S. de Melo

MEMBROS CONSELHOS



Jose Luis P. Collek

Bruna M^a da Silva Pedrosa

Rodrigo S. de Melo

REFERÊNCIAS

PORTAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Sistema de Informação dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV). Disponível em: <http://cadprev.previdencia.gov.br/>

SISTEMA SGI: <http://sgi.referenciagr.net.br/home>

RELATÓRIOS CONSULTORIA REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO